

A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês¹

Alexandre Cesar Cunha Leite*

Resumo

Na esteira das reformas políticas e econômicas iniciadas na China no período pós-Deng Xiaoping, observa-se que o setor rural tem apresentado mudanças relevantes diante de sua posição histórica. A China, historicamente, apresentava-se como um país essencialmente agrário. Contudo, ao longo dos últimos 35 anos a China experimentou um intenso processo de desenvolvimento, sustentado por uma industrialização planejada e por uma abertura para o exterior. Esse artigo tem como objetivo avaliar as consequências dessa reestruturação produtiva no setor agrícola chinês. Observa-se que as regiões agrícolas da China vivenciam uma nova etapa do desenvolvimento chinês, o desenvolvimento agrícola por meio da industrialização nas áreas rurais.

Palavras-chave: desenvolvimento; industrialização; agricultura; China.

Classificação JEL: F63, O13, O53.

Introdução

Em 2012 completaram-se aproximadamente 35 anos desde o início das reformas políticas e econômicas colocadas em marcha por Deng Xiaoping. Os resultados gerados a partir de um processo ainda em movimento de políticas que visavam a promoção do crescimento

* Economista, mestre em Economia Política (PUC/SP), pós-graduado em Relações Internacionais (PUCMINAS), doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais (PUC/SP). Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Pesquisador e líder dos Grupos de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico (UEPB) e de Economia Política do Imperialismo (UFRRJ). E-mail: alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br – cunha.bhz@terra.com.br.

econômico, do desenvolvimento, da modernização e da inserção internacional chinesa são perceptíveis.

O objetivo esteve sempre muito claro para os formuladores políticos chineses: a China precisava, e em caráter de urgência, modificar sua estrutura produtiva visando atingir níveis elevados de crescimento econômico. Esse crescimento econômico seria a base para um processo mais complexo de inclusão social, de elevação do acesso de parcela relevante da população a bens e serviços ainda distante de suas realidades e de melhores condições sociais para sua imensa população, essencialmente rural e de renda média abaixo dos níveis desejáveis e necessários para a estabilidade política de um Estado de tamanha complexidade.

As ações de planejamento chinês, visando o longo prazo, concederam primazia aos objetivos econômicos: crescimento, modernização, práticas capitalistas e abertura para o mercado externo. Tais metas foram e são consideradas essenciais para a China, considerando seu espaço territorial e sua população, pois permitiriam ao Estado chinês atingir níveis de crescimento que concomitantemente fortaleceriam seu poderio político-militar interna e externamente, projetando-o ao nível de potência regional e como potência de alcance mundial.

O que se pode observar mediante o estudo da trajetória política e econômica chinesa, especialmente ao longo desses últimos 35 anos (Leite, 2011), é que a China obteve sucesso em sua busca. Ao longo desse período a China logrou uma taxa de crescimento econômico contínuo e elevado, seja de valor absoluto ou em termos relativos.

Cabe observar que atingir tal nível de crescimento é essencial à manutenção da estabilidade política interna² e ponto nevrálgico no que tange à questão de segurança chinesa. Crescer economicamente é questão de segurança para os governantes chineses, mais ainda, é ponto de sustentação do poder e da estabilidade do Partido Comunista Chinês (Leite, 2011).

Entre os componentes fundamentais para atingir o crescimento econômico estão a modernização do setor produtivo, a abertura econômica, a consideração da alternativa do mercado e a sua inserção internacional soberana. Contidas na questão da modernização encontram-

se as políticas de reforma no setor público chinês (notadamente com a reestruturação das empresas públicas), de fomento à formação de um setor privado de capital³ associado ao governo chinês e de modernização do campo chinês.

O artigo ora apresentado tem esse último setor como foco. Mais detidamente, observa-se o processo de modernização do setor rural chinês, consequência de um planejamento em prol do crescimento que vem trazendo a esse setor no período mais recente uma nova estrutura e modo de operação. Ou seja, trata-se aqui da recente industrialização do setor rural chinês, considerando tal processo como parte do desenvolvimento chinês e como consequência da sua estratégia de crescimento. Aqui se argumenta que a industrialização do setor rural chinês é consequência do processo de desenvolvimento promovido nos últimos anos, porém com características distintas daquelas observadas historicamente em nações ocidentais. O desenvolvimento da agricultura chinesa é dual,⁴ observando-se a convivência entre dois modelos de desenvolvimento setorial, uma agricultura ainda incipiente, de subsistência, mas eficiente frente aos seus propósitos, e uma nova organização agrícola, a indústria agrícola em áreas rurais, mais desenvolvida, mais dinâmica e atrativa aos olhos do Estado chinês.

Atualmente é sobejo o reconhecimento, por parte da literatura que versa sobre o desenvolvimento econômico, que a agricultura tem papel relevante na integração do crescimento entre os setores econômicos e na obtenção do desenvolvimento sustentável de uma nação. Segundo Johnston e Mellor (1961) e Johnston (1970) a agricultura e seu desenvolvimento apresentam cinco funções fundamentais para uma economia em desenvolvimento: (i) produzir e fornecer alimento a custo baixo mantendo assim a estabilidade dos salários (sem elevação dos custos de reprodução da mão-de-obra); (ii) suprir os demais setores de insumos de qualidade; (iii) produzir insumos que sejam úteis para exportação e utilização interna; (iv) favorecer a exportação de excedentes, com o intuito de geração de receitas de exportação fundamentais para a importação de bens chaves de tecnologia diferenciada que serão importantes para o aprendizado e o salto tecnológico da economia em desenvolvimento e; esse último indispensável para o caso chinês, (v) elevar a geração de renda nas áreas rurais.

É considerando a relevância da agricultura para o desenvolvimento de uma nação e observando as particularidades da China que esse artigo desenvolve-se. Para tanto, sua apresentação dar-se-á da seguinte forma: no primeiro tópico, apresentar-se-á um breve histórico das modificações verificadas no setor rural da China. Procura-se ater ao período mais recente da história da China, ou seja, no período pós-Deng Xiaoping. O segundo tópico tratará do significado do desenvolvimento e da industrialização das áreas rurais na China contemporânea, ressaltando-se a importância das *Township and Villages Enterprises* – TVE's e do fomento do governo central da China. No terceiro tópico faz-se uma breve apresentação de três teses sobre o desenvolvimento e a consequente industrialização das áreas rurais na China, associada a algumas constatações apresentadas por pesquisas recentes. O que se busca ressaltar nesse tópico são as principais características do processo de industrialização das áreas rurais, apresentando seus aspectos mais gerais. No último tópico, são apresentadas algumas discussões encontradas na literatura recente a respeito de alguns problemas observados na fase inicial desse processo de industrialização. O intuito desse último tópico é, antes das considerações finais, lançar propostas de discussão e pesquisas futuras frente ao que foi apresentado no artigo. Seguem-se as considerações finais.

Breve histórico das mudanças no setor rural da China

De acordo com Goodman (1994), no período compreendido entre os anos de 1979 e 1984, foram estabelecidas e acordadas as bases fundamentais para as reformas colocadas em prática, marcando um período de grande crescimento econômico e modernização para a China. Zagoria (1984) afirma que a reforma econômica mais importante na China foi a descoletivização da agricultura, uma vez que essa teria atingido de sobremaneira grande parte da população chinesa. Enquanto isso Goldman (2008) aponta que o sucesso da descoletivização chinesa deu-se por esta ter começado por iniciativa dos camponeses e não por ordem do partido. Dessa maneira, após a Revolução Cultural, algumas famílias de certas regiões chinesas, como *Anhui* e *Sichuan*, teriam

retornado às suas fazendas seguindo uma política intitulada “sistema de responsabilidade familiar” criada por Mao, mas também desfeita pelo mesmo após o pífio resultado do Grande Salto para Frente. Em 1981, após essa iniciativa ter dado certo nestas regiões, Deng e seus companheiros transformariam o sistema de responsabilidade familiar em um programa nacional, o que garantiu um processo natural de descoletivização do campo.

No entanto, é preciso relativizar a posição de Goldman (2008), pois tal afirmação pode se tratar de um desvio ideológico no sentido de valorizar o empreendedorismo da sociedade, mais detidamente, dos camponeses, reduzindo a importância do controle governamental. O que se pretende aqui é provocar a reflexão a respeito de uma situação que poderia ter sido induzida e “tolerada” pelo Partido Comunista Chinês no sentido de promover o desenvolvimento das áreas por meio da ação dos camponeses, mas ainda subordinado ao controle do partido.

Neste sentido, Xu (2012) argumenta que a despeito do consenso geral, colocar a descoletivização na posição de principal fator explicativo para o desempenho do setor agrícola chinês, pode induzir ao erro, visto que outros fatores devem ser inseridos na análise. Segundo Xu (2012), a partir de 1984,⁵ o desempenho observado no setor agrícola chinês deve-se não majoritariamente ao modo de organização do trabalho das famílias, mas sim a uma melhora significativa nas condições de realização da produção. O argumento de Xu (2012) é que o ganho de produtividade da mão-de-obra deve-se ao maior investimento público em recursos tecnológicos, máquinas e equipamento, permitindo assim a manutenção do crescimento da produção e o desempenho apresentado no período anterior. Na conclusão de seu trabalho Xu (2012) alerta para duas questões, a saber: (i) houve períodos em que o desempenho – miracle nas palavras do autor – das áreas rurais chinesas pode ser explicado por mudanças climáticas favoráveis e (ii) seu estudo estatístico comprova que houve influencia significativa da introdução de novas técnicas e máquinas conduzidas como investimento governamental, ao mesmo tempo que não se pode comprovar totalmente a relevância do sistema de responsabilidade familiar para o desenvolvimento das áreas agrícolas chinesas no longo prazo.

Fato é que não se pode desconsiderar nenhuma das argumentações acima. É amplamente comprovado pela teoria econômica que a adoção de novas tecnologias traz resultados positivos, haja vista tanto as bases neoclássicas e/ou as bases de perspectivas schumpeterianas. Mas também não se pode reduzir o componente humano na gestão das terras, mesmo sobre os olhares “distantes” não obstante atentos do governo chinês.

Zagoria (1984) e Goldman (2008) apontam que este sistema não foi uma privatização da terra, pois os camponeses não a possuíam, visto que essas propriedades pertenciam ao Estado. Dos camponeses era demandada a entrega compulsória de parte de sua produção ao Estado. Por outro lado, o Partido teria realizado políticas de incentivo à produção agrícola. Dessa forma, o preço do grão foi aumentado e foi permitido que as famílias se dedicassem a atividades paralelas, como trabalhar em indústrias locais, cultivar frutas e legumes e criar alguns animais, como gado, ovelhas e porcos, para vender em mercados rurais. Nota-se que os camponeses ainda demonstravam-se inseguros quanto às ações do governo e tinham medo de investir esforços neste sistema. Dessa forma, Zagoria (1984) ressalta que, como garantia de maior estabilidade para os camponeses, Deng teria estipulado um contrato de 15 anos para o uso das terras. Assim, buscava-se incentivar o investimento da população rural neste novo sistema de agricultura.

Segundo informações presentes em Goldman (2008), entre 1980 e 1986, a produção bruta da sociedade rural chinesa havia crescido mais do que o dobro do observado no período pré-reformas, isso ao mesmo tempo em que a população rural apresentava uma contínua diminuição.⁶ Este movimento teria estimulado a criação de uma indústria de bens de consumo incipiente para absorver os rendimentos do enriquecimento da população rural. Dessa maneira, a autora aponta que novas empresas foram criadas nos distritos e nas cidades, começando com pequenas oficinas de consertos, transportes, instrumentos agrícolas e pequenas indústrias que evoluíram para fábricas maiores de bens de consumo, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Nesse sentido, milhões de camponeses chineses ter-se-iam tornado pequenos empresários do ramo de serviços, indústrias leves e de agricultura, o que possibilitou um significativo aumento de seu padrão de vida. Acredita-

se aqui que o retorno obtido nesse setor em formação, tenha criado o estímulo inicial, associado a outras variáveis, para um processo de industrialização das áreas rurais na China.

Observa-se, assim como o faz Guthrie (2006), que, em conjunto com a descoletivização da agricultura, houve a introdução da autonomia econômica para gerentes de empresas e oficiais locais de áreas industriais. Para o autor, o governo central gradualmente teria passado aos governos locais as responsabilidades econômicas de suas localidades. Em outras palavras, o governo chinês teria conseguido ceder, em algum grau, o controle econômico para as localidades, sem recorrer às privatizações. Este processo de descentralização, todavia, não extinguiu a planificação econômica, comandada ainda pelo governo central. Assim, enquanto o governo central manteve o controle político e legal, os governos locais obtiveram a liberdade de tomar decisões e fazer inovações econômicas.⁷

Goldman (2008) versa que a forma de condução das atividades produtivas presente nos mercados rurais foi levada oficialmente às zonas urbanas por iniciativa de Hu Yaobang e Zhao Ziyang, discípulos de Deng Xiaoping, na Terceira Sessão Plenária do 12º Comitê Central, em 1984. Segundo Goodman (1994) nesta sessão foi tomada a decisão de se estender os princípios da reforma econômica para as zonas urbanas, dando mais autonomia para as iniciativas dentro das cidades.⁸ A partir de então, de acordo com Goldman (2008), durante a segunda metade da década de 1980, o crescimento da economia urbana teria ultrapassado o da economia rural, que começara a estagnar-se.

Vale ponderar que o processo descrito acima tem, de fato, duas dinâmicas que se complementam. Em um primeiro momento, a distribuição das terras para as famílias acabou por gerar um desemprego temporário. Como nem todas as famílias foram contempladas na distribuição das terras, aquelas que não reuniam condições para o cultivo – por não ter a posse das terras – sofreram com o desemprego. Contudo, num movimento de reação, diante da carência de profissionais em serviços atrelados e de subsistência, tais como alimentação, vestuário, carpintaria, ferreiros entre outros, parcela da população dissociada da posse da terra acabou por migrar para essas atividades, reduzindo o desemprego criado na distribuição das terras e dinamizando o “empreendedorismo” nessas regiões. Associado à existência do sistema

Hukou, que de certa forma evitava o êxodo rural, mantendo a população em sua região, constata-se que a produção de produtos intermediários e a prestação de serviços constituíram-se em fonte geradora de recursos para as áreas rurais. Tais recursos, quando observados simultaneamente à existência das TVE's, passaram a compor uma geração de excedentes que seriam investidos na industrialização das áreas rurais.⁹

Segundo Huang *et al.*,

To create an agriculture economy that can feed the population, supply industry with labor and raw materials, earn foreign exchange, produce income for those who live and work in the sector, and allow them to be a part of the nation's structural transformation requires a combination of massive investments and well-managed policy effort. The process can proceed smoothly only if an environment is created within producers can generate output efficiently and earn a profit that can contribute to household income. Policies are required to facilitate the development of markets or other effective institutions of exchange. Although the sector is expected to contribute to the nation's development and allow for substantial extractions of labor and other resources, large volumes of investments are also needed. Investments in education, training, health, and social services are needed to increase the productivity of the labor force when they arrive in factories. Investments is needed in agriculture to improve productivity to keep food prices low, to allow farmers to adopt new technologies and farming practice as markets change, and to raise incomes of those that are still in farming. (Huang *et al.*, 2008, p.468)

Segundo Jinglian Wu (2005), desde a revolução de 1949, a reforma rural foi tema de importante debate dentro do Partido Comunista Chinês. O autor afirma que, para alguns membros do Partido, como Liu Shaoqi e Deng Zihui, o desenvolvimento do socialismo na China deveria, primeiramente, buscar uma nova democracia que manteria os direitos de propriedade privada dos camponeses para, posteriormente, seguir em marcha completa para o socialismo.¹⁰

Ao iniciar a transição para o tópico seguinte é oportuno sublinhar que o movimento iniciado no setor rural chinês acontece de forma gradual. É a forma chinesa de traçar e conduzir seus passos, suas ações, ou seja, adotando uma postura pragmática, porém, revisionista.¹¹

Pode-se perceber que houve uma evolução do modelo implementado no período da Revolução de Mao caminhando em direção

das reformas propostas por Deng Xiaoping. Com o desenvolvimento mais recente dessas áreas rurais, tem-se como consequência o estímulo a industrialização, porém recheada de idiossincrasias.

Diante do acima exposto, passa-se, no tópico seguinte a uma apresentação das características singulares do processo de industrialização das áreas rurais chinesas.

Industrialização das áreas rurais na China: evidenciando particularidades

A despeito de a China constituir-se, em meados do século XX, um país essencialmente agrário, o fenômeno do desemprego e da migração já atingia um número considerável de habitantes nas regiões agrárias do país. Mesmo diante de um impulso econômico significativo incentivado pelas reformas colocadas em marcha no país, um grande número de pessoas que compunham a oferta de trabalho na área rural chinesa sofria com o desemprego, que por sua vez gerava duas consequências imediatas e correlacionadas, a saber: o empobrecimento nas zonas rurais e a migração para os centros urbanos.¹²

Para lidar com tal situação, o governo deveria racionalizar uma solução que contemplasse uma complexidade de circunstâncias, internas e externas, que são determinadas por fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. Diante dos movimentos simultâneos de empobrecimento das populações das áreas rurais e da migração em direção aos centros urbanos, observa-se um inchaço das populações em áreas urbanas, um período inicial de redução dos custos relacionados à contratação de mão-de-obra e de absorção do excedente de oferta de trabalho.

Contudo, até mesmo em um país com dimensões territoriais como a China e experimentando um longo período de crescimento econômico encontra limitações, por diversos motivos. A busca pelo desenvolvimento tecnológico, a eficiência na utilização de mão-de-obra, a eficiência produtiva e a organização do sistema produtivo são, dentre outros, fatores que explicam a limitação para absorção de toda essa mão-de-obra excedente. Ainda, cabe ressaltar que diante de um

número populacional expressivo como o chinês, não se pode esperar que o setor industrial urbano e o setor de serviços sejam responsáveis pela absorção do contingente de mão-de-obra existente na economia.¹³

Argumentos teóricos que associam a industrialização ao comportamento do setor agrícola enfatizam que, na medida em que se observa concentração nas cidades, o caminho passa pela revitalização e industrialização do setor rural, fazendo com que os agricultores e fazendeiros retornem ao campo como nova forma de gerar renda.

Fato é que, com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping,¹⁴ a industrialização do setor rural tem se desenvolvido como forma de contribuir para o desenvolvimento da China. Percebe-se que o desenvolvimento do setor rural/agrícola na China tem contribuído para o desenvolvimento econômico chinês (conforme foi evidenciado pela contribuição da teoria do desenvolvimento), para o crescimento da renda não-urbana, para a manutenção dos agricultores na área rural e para um processo de desenvolvimento associado entre agricultura e indústria agrícola.

A industrialização do setor rural na China tem contribuído para o desenvolvimento das áreas rurais e para a economia agrícola na China. Desde a reforma iniciada em 1978 e a abertura introduzida na década de 1980 sob os direcionamentos de Deng Xiaoping, o caminho da industrialização via modernização da estrutura produtiva chinesa tem obtido bons resultados. A economia tem crescido, o caminho da industrialização foi estabelecido e vem sendo aprimorado com o passar dos anos pela via da atração de investimentos privados, pela participação do investimento público e seguindo um modelo de *benchmark* adaptado.

Nesse ponto, não se pode esquivar da obrigatoriedade de ressaltar a importância das *Township and Village Enterprises* como agente primordial da transformação cardinal imposta a estrutura produtiva e social chinesa no pós-1978.

Segundo Masiero (2006), as TVE's

são oficialmente consideradas uma classe de empresas de propriedade dos governos dos *towns* (aglomerações populacionais menores que uma cidade, mas maiores que uma vila) e comitês de *villages* (vilas) incluindo ainda aquelas possuídas por indivíduos e trabalhadores que residem nestas localidades. Na virada do século as TVE's foram responsáveis pela absorção de 18% da força de trabalho e 40% da produção industrial chinesa (Masiero, 2006, p.425).

A existência e crescimento das *Tonwship and Village Enterprises* – TVE's, nos anos 1980, gerou uma mobilidade entre os fazendeiros e agricultores em direção às cidades, reduzindo a oferta de mão-de-obra nas áreas rurais mais pobres da China.

É reconhecido pelos estudiosos do processo de modernização e transformação estrutural da China que nos últimos 20 anos as *Tonwship and Village Enterprises* – TVE's tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e, sobretudo, para o desenvolvimento das áreas rurais na China. A transformação não é unicamente sentida na questão produtiva e organizacional, mas também é visível uma transformação institucional.

Segundo (Zhu & Elbern, 2002, p.05),

In the 1978, the number of TVE's amounted to 1.52 million and in 1999, it had already reached 20.71 million. In the same period, the number of workers employed in TVE's increased from 28.27 million to 127.04 million, and TVE's gross output value went up from 49.5 billion yuan to 1,084.3 billion yuan.¹⁵

Cabe destacar que esse artigo não tem como objetivo esgotar o assunto TVE's, muito menos descrever todo seu processo constitutivo, mas é imprescindível tecer alguns breves comentários a respeito da evolução das TVE's e sua contribuição ao processo de modernização chinês e ao crescimento econômico da China.

Segundo Zhu e Elbern (2002), podem ser elencadas três contribuições e três níveis de transformações obtidas pelas TVE's. No primeiro nível, em meados dos 1990s, as TVE's surgem como um suporte aos governos locais. Dentre as razões para se ter um suporte aos governos locais estavam a expectativa de elevado e rápido crescimento da renda da populações das áreas contempladas pelas TVE's e pela reforma modernizante do Estado chinês, com a conseqüente criação de postos de trabalho associados às atividades nascentes (estudos citados por Zhu e Elbern (2002) destacam que as empresas coletivas eram inclusive mais eficientes do que as empresas não-coletivas). No segundo momento, observa-se que as TVE's induziram um ajuste estrutural em regiões pouco desenvolvidas, criando o que se convencionou chamar de *labor-intensive light industry*, aumentando a renda proporcionada pelo trabalho e absorvendo um número significativo de trabalhadores na atividade.

Contudo, não se pode furtar de ressaltar que as TVE's também contribuíram com o crescimento desigual das regiões rurais, devido à disparidade dos retornos obtidos pelas unidades produtivas coletivas e pelas demais. O terceiro ponto ressalta a modificação na cultura organizacional e os ganhos dela obtidos. Nas palavras de Zhu e Elbern (2002), empresas coletivas funcionam como um sistema de cooperação entre os trabalhadores. Considerando o componente cultural chinês, o desenvolvimento das empresas rurais chinesas estão diretamente atrelados às características chinesas, pois inseridos em seus grupos particulares, suas ações conjuntas tendem a obter resultados melhores do que ações individuais.

Com as modificações estruturais e a promoção de políticas de expansão da demanda doméstica e expansão dos mercados rurais, as políticas direcionadas às famílias agrícolas tornaram-se um dos principais investimentos na China. Ou seja, tais investimentos, direcionados ao setor rural, tornaram-se investimentos estratégicos para a China. Observa-se que não é o intuito estratégico chinês crescer de maneira desordenada e insustentável no longo prazo. Mas sim conduzir os investimentos de forma a manter o crescimento econômico de maneira equilibrada. Para tanto, percebe-se a obrigatoriedade de elevar a oferta de alimentos e bens agrícolas como forma de manter o custo de reprodução da força de trabalho estável, mas também diretamente atrelada à segurança alimentar da sua população. Ainda, ao manter a população rural nas áreas rurais, reduz-se o excesso de pessoas nas grandes cidades, minimizando os impactos sociais do inchaço das áreas urbanas. Por fim, constata-se um impacto positivo nas empresas agrícolas, sustentando o movimento de industrialização das áreas rurais.

Os documentos divulgados pelo governo chinês confirmam o afirmado anteriormente:

On February 1, 2009, the CPC Central Committee and the State Council issued the opinions on Policies for Promoting the Steady Development of Agriculture and Increasing Farmers' Income. And the "Three Agricultural Problems" was relocked. Central Committee released the first Document of the Three Agricultural Problems for the sixth consecutive year, stressing the fundamental role of the agriculture and rural areas. In the 2004, the First Document regarded increasing farmers' income as the primary task of rural work. (Wei-hong et al., 2009, p.8)

Em 2005, em documento de tema semelhante havia definido como objetivo o aumento da capacidade produtiva do setor agrícola; em 2007, o objetivo era o desenvolvimento de uma estrutura agrícola moderna, em 2008, modernizar e melhorar a infraestrutura da área agrícola e aumentar a renda do agricultor e, em 2009, elevar os investimentos, incentivos e subsídios em larga escala direcionados às áreas rurais do país. O objetivo implícito era a manutenção dos preços dos produtos primários, principalmente os bens alimentares, contribuindo para uma redução dos preços aos consumidores finais, aumento do acesso a produtos de alimentação básica e redução do custo de vida das sociedades urbanas. Deve-se também ressaltar a influência da redução do preço dos produtos agrícolas básicos nos salários pagos nos diversos setores da atividade econômica chinesa.

Considerando o exposto, cabe fazer menção a uma relação essencial para os propósitos estratégicos chineses: diante do objetivo de aumentar a demanda interna na China, o aumento da renda disponível passa a ser fundamental. Então, segue a seguinte relação: a manutenção do produtor agrícola no campo via elevação dos investimentos, da produção e da renda derivada funciona tanto como forma de evitar a migração rural-urbana desnecessária para um país com o volume populacional como é observada na China, bem como serve também para reduzir o coeficiente de gasto das populações urbanas no que diz respeito ao seu custo de manutenção.¹⁶

Os tópicos seguintes darão continuidade à discussão iniciada acima. Faz-se necessário na sequência do texto um tópico que apresenta de forma sintética a discussão teórica concernente à industrialização das áreas rurais, adequando a contribuição teórica ao caso chinês. Em seguida serão apresentadas as constatações presentes na literatura que tangenciam as características do que vem ocorrendo na economia e na sociedade chinesa.

Industrialização em setor rural: contribuições teóricas e adequação ao caso chinês

No que diz respeito ao conceito de industrialização do setor rural, destacam-se três contribuições complementares:¹⁷

(1) a primeira de cunho estrutural, sustenta que a industrialização do setor rural é uma consequência histórico-estrutural do crescimento e desenvolvimento econômico obtido nos setores não-rurais, cuja indústria converte-se no corpo fundamental desse processo de desenvolvimento. Tal argumentação reza que considerando o desenvolvimento do setor industrial e as consequências urbanas desse desenvolvimento, haveria um efeito *backward* que forçaria o desenvolvimento associado do setor agrícola;

(2) outra linha de argumentação, que ressalta os links entre os setores constituintes de uma economia, sugere que o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade (economia) gera um processo amplo de desenvolvimento de todas as áreas da economia, incluindo o setor rural;

(3) uma terceira argumentação, de caráter industrializante, afirma que o desenvolvimento do setor rural encontra-se atrelado a uma posição dominante exercido pelo setor industrial em uma economia.

Considerando as singularidades existentes na China, Zhang *et al.*, tratando da formulação do conceito para a China afirmam que:

in order to change that dual economic structure, to fully exert the efficiency of a large number of surplus rural labor resources, and to eliminate poverty of peasant and herdsman households as soon as possible, farmers have to rely on market, their own strength and small towns in rural areas to develop rural modern industry, so that labor forces engaged in secondary and tertiary industries may account for the vast majority of the total rural labor force, industrial output value may exceed agricultural output value, rural areas may basically realized urbanization, and material and cultural life in rural areas may catch up with that in city. (Zhang et al. 2009, p.02)

Contudo, outros autores¹⁸ que tratam do mesmo tema argumentam que o desenvolvimento da empresa rural e a industrialização rural são diferentes. O desenvolvimento da empresa rural mantém a característica agrícola da atividade não sendo compulsória a transição para uma industrialização do setor. O desenvolvimento rural pode ser atrelado ao desenvolvimento/aprimoramento das atividades de origem agrícola.

A industrialização do setor rural encerra outros aspectos mais complexos de maior coeficiente de transformação, a saber: a

inserção de métodos e técnicas características da produção industrial, a inclusão de técnicas, métodos e geração de novos produtos, a transição de uma sociedade agrícola e com características rurais para uma com características, comportamento e formação mais urbanos (isso inclui educação, cultura, sistema de saúde, economia, conceitos e comportamentos), alteração da forma de comercialização de bens e serviços, entre outras transformações.

Zhang *et al.* voltam a argumentar que para o caso da China, a melhor conceituação para a industrialização do setor rural seria,

a change process of a set of production functions (production function set), that is, a process to achieve a given expectation with tea change of a series of significant explanatory variables, the emergence and disappearance of a variety of variables and the change of definition domain and numerical range of production function set. (Zhang et al., 2009, p.03)

Há, na literatura pesquisada, três contribuições relativas à origem do processo de industrialização do setor rural na China. A síntese que segue tem como fonte o estudo de Wei-hong *et al.* (2009).

Segundo Wei-hong *et al.* (2009), podem ser ressaltados três modelos que se adequariam ao caso chinês, conforme segue:

(1) a industrialização das áreas rurais na China seria consequência da expansão da industrialização no setor urbano, como um efeito transbordamento do crescimento das áreas urbanas, o movimento seguinte seria a industrialização nas áreas rurais. Tal concepção tem como fundamento teórico a ideia de uma sociedade pós-industrial, desenvolvida, essencialmente em países desenvolvidos, com economia aberta e com alto índice de industrialização, além de uma estrutura política e social já adequada ao ambiente político-institucional de uma economia global – industrialização do setor rural chinês como exógena, dinamizada pelo desenvolvimento das áreas urbanas;

(2) a industrialização do setor rural na China seria consequência de um processo de transferência de indústrias não ligadas ao setor rural para áreas/regiões rurais. A industrialização é um processo endógeno, porém não atrelado ao transbordamento dos resultados e do crescimento do setor industriais em áreas urbanas. Tal modelo é mais condizente com a estrutura econômica de países

em desenvolvimento, cuja expansão encontra-se dicotomicamente atrelada ao desenvolvimento de todos os setores produtivos da economia. Contudo, há um problema inerente a essa concepção, a saber: a tendência a um desenvolvimento caracterizado pela dualidade, dois modelos distintos de crescimento, um crescimento relacionado ao setor rural e outro crescimento distinto relativo ao setor rural;

(3) corroborando com a argumentação do autor supracitado, acredita-se que existe uma alternativa que integra as concepções presente em ambas modelagens. Em alguns países com industrialização recente, pode haver mais de um tipo de desenvolvimento setorial. A experiência de análise e estudo sobre o desenvolvimento desses países sugere que existe um desenvolvimento com propriedades específicas. A industrialização no setor rural tem suas características de dualidade enquanto o setor industrial das áreas urbanas segue normalmente o mesmo padrão de industrialização nas áreas urbanas de países desenvolvidos, padrões sócio-político-econômico. Acredita-se que essa construção seja mais apropriada ao caso chinês.

Há de se observar que a China ainda apresenta regiões com alto grau de desenvolvimento, principalmente nas suas principais áreas urbanas que convivem com regiões de baixo desenvolvimento e altos índices de pobreza. O que nos remete à terceira possibilidade acima descrita. É o que permite a argumentação no sentido de uma dualidade intra e intersetores.

No tópico seguinte, apresentam-se as constatações da literatura para o caso da China, permitindo uma melhor caracterização a respeito da industrialização nas áreas rurais chinesas.

As constatações da industrialização das áreas rurais na China: as principais características do processo

Cabe, nesse ponto, recordar que é objetivo explícito nos principais documentos governamentais e nos planos de ação política e econômica divulgados pelos órgãos de Estado chinês que o desenvolvimento da

China tem prioridade perante os demais objetivos (Leite, 2011). Já foi exposto em pesquisa anterior (Leite, 2011) que para os propósitos chineses, seu Estado e seus governantes, os conceitos e objetivos relacionados ao crescimento, desenvolvimento, e segurança caminham contíguos, não sendo nem mesmo adequado dissociá-los.

Considerando seu tamanho territorial, sua população, seu histórico de invasões e intervenções estrangeiras, levando a períodos de carência no que diz respeito ao fornecimento de alimentos, a China não se pode dar ao luxo de deixar seu crescimento arrefecer, reduzindo o acesso e a inclusão da sociedade iniciada na década de 1980. Ainda, a segurança na China incorpora o acesso a bens básicos e a manutenção da estabilidade política, entre outros, ao conceito tradicional vigente no ocidente, logo, o desenvolvimento (atrelado ao crescimento) na China é decisão estratégica, relacionada à segurança (Leite, 2011).

Promover o desenvolvimento das áreas rurais encontra-se diretamente associado a esse objetivo maior, ou seja, constitui instrumento do crescimento chinês o desenvolvimento das áreas rurais, seja pelo seu desenvolvimento na geração de mercadorias básicas/insumos, seja na industrialização das áreas rurais modificando a características da produção.

Taking contribution of Township Enterprises as an example, Gan Shiming, a director of the Township Enterprises Bureau of Ministry of Agriculture, introduces that from the year 1978 to 2007, township enterprises invested a total of 401.2 billion yuan in supporting agriculture, subsidizing agriculture and constructing agriculture, which significantly improve conditions for agriculture production. (MOA, 2012)

Os dados¹⁹ disponíveis mostram que há efetivamente um efeito transferência de mão-de-obra entre os setores. De acordo com os padrões internacionalmente aceitos (fatos estilizados), um fato que sinaliza o fim do primeiro nível da industrialização é quando a proporção da força de trabalho nas regiões agrícolas não ultrapassa os 55% da população total em atividades produtivas. Os dados disponíveis no *China Statistical Abstract (2008) – Change of the employment structure in China from 1978 to 2007* (National Bureau of Statistics of China, 2008a), sinalizam a tendência de troca na composição e distribuição da mão-de-obra entre os setores da economia chinesa. Com a abertura,

a modernização estrutural e o conseqüente desenvolvimento industrial nas áreas rurais, houve uma aproximação dos níveis de participação da mão-de-obra chinesa por setores. Os dados indicam que o setor primário passou a participar com pouco mais de 40% da PEA (apresentando uma queda significativa, pois em 1978 apresentava-se em 70% da PEA), ao mesmo tempo a participação dos setores secundário e terciário subiram respectivamente de 19% para 30% e 11% para 29%.

Observa-se na China atualmente uma continuidade no processo de otimização (consequência da modernização e do melhoramento da estrutura produtiva) da estrutura econômica construída ao longo das últimas três décadas. De acordo com o *China Statistical Abstract (2008) – Change of the industrial structure in China from 1978 to 2007* (National Bureau of Statistics of China, 2008b), ao longo das últimas três décadas houve alteração na participação dos setores na geração do produto na China. O setor terciário cresceu significativamente nos últimos anos, principalmente após 1985 (quando esse setor ultrapassa o setor primário) e mantém uma forte tendência de crescimento após o ano de 1990, aproximando do nível de participação do setor secundário. Já o setor primário vem perdendo em participação na composição do produto ao longo do período. Na verdade, trata-se de uma consequência natural do movimento em direção a uma maior industrialização e ao crescimento do setor de serviços.

Contudo, estima-se que a industrialização das áreas rurais tende a melhorar as condições de vida da população residente nessas áreas. Segundo Cheng *et al.* (2009), a industrialização nas áreas rurais promove o desenvolvimento da região, otimiza a estrutura econômica no setor agrícola e auxilia na resolução dos problemas causados pela necessidade de alocação da força de trabalho nas áreas rurais. Segundo dados disponíveis no Ministério da Agricultura da China²⁰ a renda *per capita* das famílias em regiões rurais na China passou de 133,6 yuan em 1978 por ano para 4.132,3 yuan em 2007. Para uma visão mais objetiva do que vem ocorrendo na China, no que diz respeito ao setor rural, apresenta-se no tópico seguinte algumas constatações da literatura no que tange a problemas existentes e inerentes ao processo.

Considerações finais: há problemas no processo de industrialização do setor rural na China?

As constatações e afirmações abaixo descritas tem origem e são sustentadas pelas contribuições de Chen *et al.* (2009), Fan e Pardey (1997), Huang *et al.* (2008), Lin (2009), Zhang *et al.* (2009). É claro que esses autores não esgotam a discussão do tema. Muito menos é objetivo deste tópico esgotar o tema, contudo, são averiguações relevantes que merecem destaque²¹ e lançam luz para futuras pesquisas e discussões a respeito do tema, conforme segue.

Após o movimento de modernização da estrutura produtiva chinesa, iniciada de forma mais contundente por Deng Xiaoping em 1978, observa-se que a China vem apresentando um elevado crescimento econômico. Contudo, esse crescimento econômico obtido ao longo das últimas três décadas não se apresenta com uma trajetória uniforme.

Setores da economia, regiões e atividades obtêm resultados distintos. Atividades industriais, intensivas em tecnologia, utilizando sistema de aprendizado, têm apresentado resultados distintos e discrepantes diante de outros segmentos industriais, bem como os demais setores constituintes da atividade econômica.

Análises disponíveis em diversos estudos sobre o crescimento econômico na China (Chow, 2007; Lin, 2009; Wu, 2005; Xue *et al.*, 2009; e Huang *et al.*, 2008) dão conta que o atual nível de crescimento na China, a despeito do seu valor absoluto ser elevado, em termos comparativos, ainda apresenta-se em nível insuficiente para as necessidades chinesas. Ainda, quando se compara os níveis de crescimento obtidos pela China com os dados referentes ao crescimento histórico dos países desenvolvidos, observa-se que o crescimento da China ainda encontra-se em níveis inferiores aos níveis das nações desenvolvidas.

Assim sendo, pode ressaltar três problemas que envolvem o rápido processo de industrialização das áreas rurais na China. Tais problemas referem-se a uma crescente dificuldade de sincronização de objetivos postos nacionalmente e internacionalmente para a China, a saber: a questão ambiental, a demanda crescente que necessariamente deve ser atendida e o impacto ecológico e social nas áreas rurais mais

“urbanizadas”. Frente ao exposto, destacam-se três observações que influenciam na avaliação do processo de industrialização chinesa, a saber: (1) a utilização ineficiente dos recursos produtivos tem resultado em desperdício no uso desses recursos disponíveis; (2) esse desperdício tem causado danos ambientais nessas regiões e, (3) o balanço ecológico existente e proporcionado pelas áreas rurais vem sendo gradualmente minado, acentuando os problemas ambientais visíveis no país.

Por fim, mas tão importante quanto os demais itens citados, há ainda um problema que se refere aos diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões rurais na China. As regiões que estão passando pelo processo de industrialização das áreas rurais vêm obtendo crescimento (e os retornos positivos e negativos desse movimento) diferenciado de outras regiões que permanecem majoritariamente agrárias. Inevitavelmente, o crescimento desigual, além de alterar o equilíbrio estrutural entre as regiões, também irá alterar as condições econômicas e políticas da vida nessas regiões. É também perceptível, e até mesmo justificado, que os investimentos privados sejam direcionados às áreas com maior crescimento e desenvolvimento visto que a tendência do retorno dos investimentos realizados é aumentar frente ao retorno obtido em áreas com problemas estruturais.

Contudo, cabe relatar que diante do que foi observado o crescimento chinês tem gerado consequências no que tange ao desenvolvimento, especificamente, no caso aqui trabalhado, para as áreas rurais chinesas. Porém, tal desenvolvimento apresenta-se com características de dualidade, na qual se observa a convivência entre setores desenvolvidos e suas características marcantes e setores pouco desenvolvidos e notadamente de subsistência. Nos setores desenvolvidos, observa-se a dinâmica da atividade industrial exercendo um efeito positivo para a geração de outras atividades associadas. Ao mesmo tempo, há políticas de Estado direcionadas a manter a população nessas áreas, buscando assim evitar o inchaço das cidades que tornaria o excedente populacional um problema maior do que já é.

Nesse artigo buscou-se avaliar o processo de industrialização de áreas rurais na China partindo do pressuposto que a industrialização dessas áreas seja consequência da junção de fatores tais como políticas estrategicamente deliberadas pelo governo no sentido de manter parcela da população no campo e em atividades que podem garantir o

fornecimento de insumos básicos, seja no que se refere à alimentação seja como insumos industriais. Passou-se então em revisão do breve histórico das políticas e do desenvolvimento das áreas rurais na China. Em seguida, foram observadas as singularidades do processo de industrialização em áreas rurais chinesas onde se constata participação direta do estado chinês seja em investimentos seja na mobilização das ações empreendedoras do camponês e das famílias localizadas nessas regiões. Recebe destaque as TVE's e o direcionamento estatal, aqui comprovado pela leitura dos textos oficiais que evidenciam a estratégia do governo central. Finalmente, foi realizada uma associação das bases teóricas que tratam o desenvolvimento do setor rural e suas consequências para a economia de uma nação, porém tratando-as de acordo com as particularidades do caso chinês, identificando características de dualidade que aglutinam qualidades perceptíveis em países desenvolvidos e traços de subdesenvolvimento em regiões onde o crescimento não teve o mesmo efeito dinamizador.

Abstract

In the wake of political and economic reforms initiated in China in the post-Deng Xiaoping, it is observed that the rural sector has shown significant changes in front of its historical position. China has historically presented itself as an essentially Agrarian country. However, over the past 35 years China experienced an intense process of development, supported by a planned industrialization and an opening to the outside. This article aims to assess the consequences of the productive reorganization of the Chinese agricultural sector. It is observed that the agricultural regions of China experience a new stage of Chinese development, agricultural development through industrialization in rural areas.

Keywords: development; industrialization; rural sectors; China.

Referências

CHEN, W., ZHANG, R. & LIU, G. "Development model of rural industrialization in China". *Asian Agricultural Research*, v.1, n.7,

- 2009, pp.8-12. [Original em mandarim, tradução para o inglês de Cheng Na.]
- CHOW, G. *China's economic transformation*. UK: Blackwell, 2007.
- FAN, S. & PARDEY, P. "Research productivity and output growth in Chinese agriculture". *Journal of Development Economics*, n.53, 1997, pp.115-137.
- GOLDMAN, M. "A era de reformas pós-Mao". In: FAIRBANK, J.K. & GOLDMAN, M. *China: uma nova história*, 3ª Ed. [Tradução: Marisa Motta.] Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.
- GOODMAN, D.S.G. *Deng Xiaoping and the Chinese revolution: a political biography*. Londres: Routledge, 1994.
- GUOYING, D. "Realizações agrícolas e reforma rural na nova China". In: BELLUCCI, B. (org.) *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, pp.159-191.
- GUTHRIE, D. *China and globalization: the social, economic, and political transformation of Chinese society*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2006.
- HUANG, J., OTSUKA, K. & ROZELLE, S. "Agriculture in China's development: past disappointments, recent successes, and future challenges". In: BRANDT, L., RAWSKI, T.G. (edit.) *China's great economic transformation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008, pp.467-505.
- JOHNSTON, B. & MELLOR, J. "The role of agriculture in economic development". *American Economic Review*, v.4, n.51, 1961, pp.566-593.
- JOHNSTON, B. "Agriculture and structural transformation in developing countries: a survey of research". *Journal of Economic Literature*, n.8, 1970, pp.101-145.
- LEITE, A.C.C. *O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais/Relações Internacionais). São Paulo: PUC/SP, 2011.
- LEWIS, W.A. *The theory of economic growth*. Londres: Taylor and Francis, 2003.
- LIN, J.Y. "Rural reforms and agricultural growth in China". *American Economic Review*, v.2, n.82, 1992, pp.34-51.

- _____. *Economic development and transition: thought, strategy, and viability*. Cambridge University Press, 2009.
- LISENG, D. “O sistema político da China: operação e reforma”. In: In: BELLUCCI, B. (org.) *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, pp.159-191.
- MASIERO, G. “Origem e desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVE’s) chinesas”. *Revista de Economia Política*, v.26, n.3, jul/set, 2006, pp.425-444.
- MOA (Ministry of Agriculture – The People’s Republic of China). *Agriculture Overview – 2012*. Disponível em: <<http://english.agri.gov.cn/>>. Acessado em 26/07/2012.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Abstract – Change of the employment structure in China from 1978 to 2007*, 2008a. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>.
- _____. *China Statistical Abstract – Change of the industrial structure in China from 1978*, 2008b. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/>.
- _____. *China Statistical Yearbook*, 2000. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>.
- _____. *China Statistical Yearbook*, 1996. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>.
- _____. *China Statistical Yearbook*, 1989. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>.
- OURIQUES, H.R. & ANDRADE, R. “A mobilidade do trabalho na China: o sistema de registro Hukou”. *Pesquisa & Debate*, v. 20, n.2(36), 2009, pp.233-257.
- PERKINS, D. “Completing China’s move to the market”. *Journal of Economic Perspective*, v.8, n.2, 1994. pp. 23-46.
- _____. “Reforming China’s economic system”. *Journal of Economic Literature*, v.26, n.2, 1988, pp.601-645.
- TODARO, M.P. & SMITH, S.C. *Economic Development*, 9ª ed. Nova Iorque: Tha Addison-Wesley/Pearson, 2006.
- WEI-HONG *et al.* “Development model of rural industrialization in China”. *Asian Agricultural Research*, 2009, pp.8-12. [Original em mandarim.]
- WU, J. *Chinese economic reform: understanding and interpreting*. Cingapura: Thomson Learning, 2005.

- XU, Z. “The Chinese agriculture miracle revisited”. *Economic & Political Weekly*, v.XLVII, n.14, 2012, pp.51-58.
- XUE, D., LUO, C. & OUYANG, C. « Investigation and study on the promotion of rural industrializations to agricultural modernization”. *Journal of Anhui Agricultural Sciences*, v.37, n.1, 2009, pp. 312-312. [Original em mandarim.]
- ZAGORIA, D.S. “China’s quiet revolution”. *Foreign Affairs*, Primavera, 1984.
- ZHANG, C.F., ZOU, X.J. & CHEN, Y.H. “Study on facilitating agriculture industrialization production”. *Journal of Anhui Agricultural Sciences*, v.37, n.20, 2009, pp.382-384. [Original em mandarim.]
- ZHU, Q. & ELBERN, S. “Economic institutional evolution and furthers needs for adjustment: Township Village Enterprises in China”, *ZEF – Discussion Papers on development Policy*, n.56. Bonn: 2002.

Notas:

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo final analisar o desenvolvimento chinês nas últimas três décadas, considerando os setores influenciados e as repercussões em diversas áreas da economia, política e sociedade chinesa. Parte do histórico e parcela das conclusões aqui apresentadas constam da tese de doutorado do autor, defendida no ano de 2011. A conclusão dos estudos a respeito do setor agrícola, particularmente, culminará em um estudo sobre a representatividade das cooperativas agrícolas no desenvolvimento do setor rural chinês (e a influência do modelo soviético), ainda a ser publicado pelo autor. O autor agradece a leitura e sugestões de Henrique Altemani de Oliveira e Múcio Tosta Gonçalves os quais estão isentos de qualquer opinião expressa no texto. Agradecimentos também aos pareceristas anônimos da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, editores e revisores do periódico supracitado.

² Cf.: (Liseng, 2004).

³ Cf.: (Perkins, 1988) e (Perkins, 1994).

⁴ Segundo Todaro e Smith (2006), dualidade é um conceito chave no estudo do desenvolvimento econômico. O sentido de dual/dualidade aqui usado refere-se à coexistência, crônica ou meramente transicional, de dois setores distintos em estrutura e funcionalidade em um mesmo espaço. Tal convivência pode ser representada por uma discrepância, temporária ou estrutural, entre dois setores, tal como é visível em processos de desenvolvimento de países de industrialização retardatária. Para o caso chinês, observa-se um primeiro nível, uma agricultura de sustento, administrada por camponeses pobres, com baixa produtividade e produção destinada à subsistência. Esse setor agrícola de subsistência convivia, geograficamente, com latifúndios administrados por famílias de renda mais elevada, produtividade elevada e com finalidade mercantil. Contudo, segundo Guoying (2004), encontrava-se em outras regiões da

China situação bem diferente, onde as relações de posse da terra eram bastante descentralizadas, com poucos latifúndios, e, por localizar-se nos cantões, mais sujeitas às determinações locais do que ao governo central.

⁵ Dados disponíveis em Xu (2012) bem como no Relatório do Ministério da Agricultura (MOA) de 2009. Disponível em <http://english.agri.gov.cn/service/ayb/201301/t20130128_10142.htm> e no Escritório Estatístico do Estado (2005).

⁶ Segundo os dados disponíveis no Escritório Estatístico do Estado, *China Statistical Yearbook*, dos anos de 1989, 1996 e 2000. As taxas de crescimento da produção total da agricultura no período 1978-1984 foram de 7,73% ao passo que no período 1984-1999 foi de 13,05%. Ao mesmo tempo, a população teve queda em termos percentuais de 1,36 no período 1978-1984 para 1,29 no período 1984-1999.

⁷ Na realidade, a Lei de Reforma Agrária de 1950 já estabelecia o sistema de responsabilidade compartilhada. Nas regiões onde as produções eram controladas pelo exército do Partido Comunista, tais políticas foram efetivas. Segundo os dados da Academia Chinesa de Ciências Sociais, durante o período de 1950 a 1952, 300 milhões de camponeses receberam 730 milhões de metros quadrados de terras. Já as comunas datadas de 1958 reservam uma peculiaridade. As comunas – sistema no qual a comunidade tem a posse da terra e dos meios de produção, cuja forma de distribuição do produto é proporcional e o excedente era comprado pelo Estado – constituem, de fato, um regime de propriedade onde todos são desprovidos da propriedade e a distribuição das terras estava condicionada à posição dos membros requerentes na sociedade. Disponível em <<http://bic.cass.cn/english/>>.

⁸ De fato, as reformas políticas e econômicas implementadas na China têm início no campo. A urgência de solucionar o problema de abastecimento e saciar a fome que assolava a sociedade chinesa contribuiu para a priorização no setor rural.

⁹ Ouriques e Andrade (2009) e Masiero (2006).

¹⁰ Não será aqui recuperado nem discutido, por não ser esse o objetivo proposto, o debate leninista que argumenta a respeito de uma tendência à extinção do campesinato e a importância da coletivização como alternativa à pequena burguesia rural após a revolução ter eliminado o latifúndio e a grande empresa rural. Contudo, ressalta-se que a importância do argumento e da discussão do mesmo.

¹¹ Vejamos: no primeiro momento tem-se a vitória do Partido Comunista Chinês após a constituição de uma coalizão nacional incluindo antigos quadros governamentais para que se obtivesse uma estabilidade política. De 1949 adiante tem-se a Reforma Agrária de 1950 que, em conjunto com a Lei do Matrimônio, busca incorporar a mulher ao mercado de trabalho. Em 1953, com o estabelecimento das Cooperativas, a terra e os meios de produção são passados à comunidade ainda que de forma restrita. Em 1957 são instaladas as cooperativas de tipo avançado e em 1958 as Comunas Populares que quebraram a limitação original da comunidade sobre a propriedade dos meios de produção e expandiram o alcance da distribuição. Em 1959 é registrado o período de desabastecimento seguido da fome, o modelo começava a apresentar-se falimentar, apesar de algumas regiões do país manter o sistema ativo.

¹² Segundo Guoying (2004), na esteira das mudanças estruturais ocorridas na China pós-1978, observa-se, como consequência, um maior fluxo da força de trabalho. Esse fluxo caracteriza-se, principalmente, por uma movimentação de trabalhadores rurais em direção às cidades. De acordo com o autor, “por ano, cerca de 6 milhões dessa força de trabalho têm, desde 1978, se

movido em média para as cidades, e um grande número de trabalhadores com ocupações mistas tem prestado serviços nas cidades.”

¹³ Recomenda-se a leitura de Arthur Lewis, artigo de 1969, “O Desenvolvimento Econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra”. Lewis ressalta que há oferta ilimitada de mão-de-obra naquelas economias em que a população é tão numerosa em relação ao capital e outros recursos que terminam por existir na economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima ou nula, mas mesmo assim não cessa a contratação. Ou seja, a oferta de trabalho supera em muito a demanda por trabalho, ao nível de salário vigente, independente da produtividade marginal do trabalho. Cf.: Lewis (2003).

¹⁴ Denominado por Zhang *et al.* (2009) de *Foundation of new China*.

¹⁵ Cabe a observação que o valor usado pelo autor está referenciado no ano de 1999, cuja taxa de câmbio era US\$ 1,0 = 8,3 Yuan.

¹⁶ As teorias de composição salarial ressaltam a importância dos custos de reprodução da força de trabalho como um componente da definição salarial e do estabelecimento do custo de vida nas áreas urbanas.

¹⁷ Cabe observar, entretanto que as abordagens são, de fato, complementares, mas há peculiaridades, sobretudo, no que tange à consideração do setor rural como caudal no processo de industrialização/desenvolvimento ou como uma arena dotada de atores com interesses próprios que promovem a aproximação com o setor industrial e o desenvolvimento capitaneado por este último usando o Estado. A esse respeito, cabe observar os escritos recentes de José Graziano da Silva, José Eli da Veiga, J.D. Ploeg entre outros.

¹⁸ Chen *et al.* (2009), Fan e Pardey (1997), Huang *et al.* (2008), Lin (2009) e (1992), Chow (2007).

¹⁹ China Statistical Abstract (2008) – Change of the employment structure in China from 1978 to 2007. Cf.: National Bureau of Statistics of China (2008).

²⁰ Disponível em <<http://www.agri.gov.cn>>. Acesso em 15/10/2012.

²¹ Cabe aqui uma observação sobre as referências usadas. É comum encontrar discordância entre os autores no que tange a um determinado tema de pesquisa. Contudo, no caso chinês tal discordância e diferentes visões sobre o mesmo assunto são intensificadas segundo a posição geográfica. Autores localados em regiões centrais, tais como Pequim e Xangai, tem comumente posições e verificações distintas de autores posicionados em regiões mais centrais e interioranas do território chinês.